**CONTINUIDADE OU RUPTURA? UMA ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DA FILOSOFIA SOCIAL DE JOHN STUART MILL, ALFRED MARSHALL E JOHN MAYNARD KEYNES**

Laura Valladão de Mattos

Departamento de Economia da FEA-USP

***Resumo:***

*O artigo argumenta que é possível se falar em uma ‘tradição’ no campo de filosofia social e econômica unindo as obras de J.S. Mill e Alfred Marshall e J.M.Keynes. Essa tradição seria caracterizada (a) pela rejeição moral aos valores aquisitivos do capitalismo; (b) pela visão de que o sistema capitalista seria incapaz de resolver de forma espontânea as questões das desigualdades de renda e riqueza e da pobreza; (c) pela crença de que seria possível melhorar significativamente esse sistema por meio de mudanças pontuais e graduais;(d) pela ideia de que, por uma questão de garantia de liberdade e diversidade, além de por questões de eficiência, dever-se-ia deixar a iniciativa individual agir livremente nas esferas em que é capaz de engendrar bons resultados, mas que o Estado deve assumir quanto esta falha, atuando em benefício da coletividade.*

**Palavras chave:**

*J.S.Mill, Alfred Marshall, J.M.Keynes, filosofia econômica e social, mudança social.*

***Abstract:***

*It is argued that it is possible to speak of a ‘tradition’ in the field of social and economic philosophy uniting the works of J.S.Mill, Alfred Marshall and John Maynard Keynes. This ‘tradition’ would be characterized by the following concepts: (a) by the rejection of the acquisitive values of capitalism; (b) by the ideia that capitalism would be incapable of spontaneously solving the problems of distribution of wealth and poverty; (c) by the belief that it would be possible to make capitalism significantly better by the way of small and gradual changes; (d) by the idea that, for the sake of the preservation of liberty, diversity and efficiency, individual initiative should be free to act where it engenders good results, but that the State should intervene whenever the free initiative fails, acting in the good of collectivity****.***

***Area 1: HPE e metodologia***

***Key words:***

J.S.Mill, Alfred Marshall, J.M.Keynes, social and economic philosophy, social change.

***JEL code:***

B12, B13, B2

**CONTINUIDADE OU RUPTURA? UMA ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS DA FILOSOFIA SOCIAL DE JOHN STUART MILL, ALFRED MARSHALL E JOHN MAYNARD KEYNES**

***I. Introdução***

As diferenças existentes entre as concepções de John Stuart Mill, Alfred Marshall e John Maynard Keynes sobre a natureza, o escopo e o método da Economia são marcantes o suficiente para que sejam identificados com três diferentes vertentes da Economia – a Clássica, a Neoclássica e a Keynesiana. Os *Princípios de Economia Política* de J.S.Mill, publicados em 1848, orientaram por mais de quatro décadas o ensino e prática dos economistas britânicos. A. Marshall, com a sua versão do marginalismo, encerra esse domínio em 1890, colocando um fim à Economia Política Clássica e fundando uma nova ortodoxia. J.M. Keynes, por sua vez, revoluciona novamente o pensamento econômico com a publicação *Teoria Geral* em 1936, e dá início a uma nova ‘escola’ de pensamento econômico.

No presente artigo argumenta-se, no entanto, que apesar das rupturas no campo da Economia serem, de fato, significativas, há uma certa continuidade no que concerne à filosofia econômica e social desses três autores. Ou seja, quando comparamos os seus posicionamento no que concerne ao valor do capitalismo como sistema econômico e social, em relação às vantagens e desvantagens do individualismo, às alternativas de organização da sociedade existentes em suas épocas, ou ao tipo de reformas sociais que seriam possíveis e desejáveis, vemos que há inúmeras semelhanças.

Essas similaridades não devem surpreender uma vez que Marshall foi introduzido à Economia na década de 1860 através da leitura dos *Princípios de Economia Política* de J.S.Mill e ficou estimulado a estudar economia justamente por esse pensador tratar de uma forma que lhe pareceu interessante a questão das desigualdades sociais existentes (Keynes, [1925] 1966:10). Keynes, por sua vez, aprendeu Economia com Marshall e somente posteriormente se afastou dessa ortodoxia, e certamente era versado em nos escritos de J.S.Mill. No entanto, apesar de ser razoável esperar que haja uma continuidade, esse aspecto é pouco explorado na literatura e é, justamente, essa questão que o artigo visa explorar.

À primeira vista, o alinhamento de J.S.Mill e Alfred Marshall parece ser relativamente natural dado que eles usualmente são associados à tradição liberal inglesa, entretanto, por conta das suas críticas ao *laissez-faire* e de sua visão do papel do Estado na Economia, Keynes parece não se encaixar tão bem nesta tradição.

Assim, o artigo será organizado da seguinte forma: Em um primeiro momento, na seção II, serão selecionados alguns pontos que considero comuns às abordagens de J.S.Mill e A. Marshall à filosofia social e econômica e ilustrarei esses pontos utilizando as obras desses dois autores. Em seguida, na seção III, argumentarei que podemos filiar Keynes à mesma tradição dos seus antecessores no que concerne a essa esfera normativa do pensamento econômico. Por fim, na seção IV, tecerei algumas considerações finais.

***II. ‘Construindo’ uma tradição: aspectos selecionados da filosofia econômica e social de J.S.Mill e Alfred Marshall[[1]](#footnote-1)***

É evidente que para discutir se um autor pertence ou não a uma tradição é preciso primeiro explicitar o que caracterizaria essa tradição. E para caracteriza-la, selecionei aspectos que dizem respeito não propriamente à teoria econômica dos autores, mas à perspectiva geral que apresentam a respeito do sistema econômico capitalista e sobre como mitigar as eventuais falhas que existam no seu funcionamento.[[2]](#footnote-2) Apesar de todas as diferenças existentes, considero que há alguns elementos básicos que unem as abordagens de filosofia social e econômica de J.S.Mill e A. Marshall - elementos esses que nos permitem falar em uma perspectiva comum ou em uma tradição:

(a) A adoção de um posicionamento moralmente crítico em relação aos valores aquisitivos e egoístas que em geral associados ao capitalismo;

(b) A visão de que o sistema baseado na propriedade privada e no mercado tem virtudes importantes, mas apresenta igualmente problemas significativos, como por exemplo, engendrar uma distribuição da renda extremamente desigual e condições de vida muito precárias para boa parte da população.

(c) A crença de que a sociedade pode passar por transformações profundas em sua natureza e vir a se tornar significativamente mais justa e mais feliz por meio de mudanças pontuais, graduais sem a necessidade de rupturas abruptas ou revoluções nas mais importantes instituições vigentes.

(d) Uma adesão não-dogmática ao *laissez-faire.* Veremos que há por parte desses autores uma marcada predileção, tanto por razões econômicas e como filosóficas e morais, por deixar para os indivíduos a responsabilidade de resolver os seus problemas pessoais e coletivos. Há, entretanto, igualmente, uma percepção de que o mercado e a iniciativa individual falham em instâncias importantes, e de que, quando isso ocorre, o Estado deve intervir para garantir a obtenção de benefícios sociais e promoção do progresso.[[3]](#footnote-3)

*II.1. A crítica moral aos valores do capitalismo*

Desde sua origem a Economia Política foi associada na mente popular aos valores da sociedade capitalista. Os economistas políticos eram acusados de elevar a busca da riqueza e o egoísmo ao *status* de virtudes, de pregar a acumulação a qualquer custo. No entanto, uma rápida leitura dos escritos de J.S.Mill, A.Marshall basta para revelar que estes autores de forma nenhuma apregoavam o tipo de valores associados a eles por seus críticos e, por vezes, até por seus ‘aliados’. De fato, dado o grau ainda incipiente de aprimoramento moral dos seus contemporâneos, esses pensadores consideravam que a busca por riqueza e a competição auto-interessada no mercado tinham uma funcionalidade. E, realmente, apontaram em seus escritos os riscos associados a abrir mão destes incentivos antes que os homens conseguissem alcançar um nível moral de forma a serem motivados por estímulos de ordem mais elevada como, por exemplo, o amor à pátria, o senso do dever, o prazer em fazer o bem (MILL, [1848], 1965:754, Marshall, [1920](1982):7/8). No entanto, isso não significa que louvassem os aspectos aquisitivos e auto-interessados da natureza humana – que eram os móveis básicos do capitalismo da época – ou que considerassem o aumento da riqueza ou a acumulação de capital a finalidade última a ser buscada pela sociedade.

J.S. Mill deixa clara nos *Princípios* a sua discordância moral em relação ao modo de vida levado por seus contemporâneos:

Eu confesso que não me encanto com o ideal de vida abraçado por aqueles que acreditam que o estado normal dos seres humanos é o de lutar para avançar; que o atropelar, esmagar, acotovelar, perseguir os calcanhares uns dos outros, que caracteriza o tipo de vida existente, seja o destino mais desejável para a humanidade […]”(MILL [1848], 1965: 754).

O estado ideal para o desenvolvimento do homem e da sociedade seria, segundo ele, “[...] *aquele no qual, ao mesmo tempo em que ninguém é pobre, ninguém deseja ser mais rico* [...]” *(idem*). A abstração ‘homem econômico’, adotada como um instrumento *metodológico* para investigar a Economia Política de forma semi-autônoma em relação a grande ciência social, certamente não refletia os seus valores enquanto filósofo moral.[[4]](#footnote-4) Ele tinha uma imensa crença na possibilidade de aperfeiçoamento humano, e não só desejava, como acreditava, que o homem – com a devida educação – seria, no futuro, movido por ideais mais elevados, mais altruístas e menos materialistas (MILL [1873], 1989:176).

Marshall também não se mostrou satisfeito com os valores prevalecentes entre os seus conterrâneos, e era igualmente adepto da ideia de que o homem estaria em processo de aprimoramento moral – e a missão de promover esse melhoramento estava no centro da sua filosofia social.

O autor associava a situação de degradação moral, intelectual e física vigente à situação de pobreza, e por isso a Economia (ao revelar as condições de combatê-la) seria instrumento importante nesta missão – e era tão cara ao Marshall (Marshall, [1920], 1982: 3 e Reisman, 1987: 4). Como observa Viner:

[...] O progresso que ele [Marshall] buscava [...] não era meramente uma questão de mais bens, mas de acesso a, e gosto por, mais lazer, a uma vida mais refinada para todas as pessoas, de forma que até os carregadores de varas pudessem ser *gentlemens*. [...] (Viner, 1958:250).

Em várias passagens da sua obra podemos ver que Marshall também desejava ver outro conjunto de valores prevalecendo na sua sociedade. O autor louvou repetidamente a mudança de valores sociais que, segundo ele, teria ocorrido ao longo do século XIX e que levou a um controle social dos aspectos mais perversos da concorrência e a uma valorização por parte da sociedade de outros fins sociais além do crescimento da riqueza (MARSHALL, [1920](1982): 620/1 e MATTOS, 2011). Todavia, apesar de apontar essas melhorias morais e sociais, ele demandou de seus contemporâneos uma maior ética no agir econômico (*economic chilvrary*): um cavalheirismo nos negócios que envolveria nobreza, lealdade, altruísmo e a valorização da riqueza, não como um fim em si, mas como um indício de sucesso e de distinção (Marshall, 1907 [1966]: 331). Essa mudança de valores significaria igualmente um aumento de responsabilidade e da participação dos ricos na resolução dos problemas sociais mais gerais.

Fica claro, assim, que o ‘homem ideal’ de Marshall estava longe de ser o homem aquisitivo e moralmente degradado de sua época. Seria, ao contrário, um homem com valores nobres, usualmente pouco associados à ordem de mercado, e similares em parte a aqueles exaltados pelos autores românticos – talvez os maiores críticos morais à economia na época (GRAMPP, 1972).

Dessa forma, no que concerne à avaliação geral sobre a ordem vigente, vemos tanto J.S.Mill como Marshall apresentaram uma condenação moral, ou pelo menos, pouco entusiasmo em relação a vários valores associados ao capitalismo. A motivação egoísta de *busca pela riqueza* era vista por ambos como temporariamente útil, mas certamente não representava o ‘melhor’ do ser humano. Seria algo a ser superado, ou pelo menos bastante reduzido, com o aprimoramento dos homens e melhoramento da sociedade, e substituído por valores mais cooperativos, sociais e altruístas.

*II.2. Críticas à distribuição de renda e riqueza prevalecentes*

Um outro aspecto que permite traçar uma linha de continuidade entre as concepções de J.S.Mill, A. Marshall é a manifesta insatisfação destes autores com o *status quo*. Apesar de defenderem em linhas gerais a manutenção do sistema de propriedade privada e de iniciativa individual, de forma nenhuma consideravam o estado vigente adequado, justo ou louvável. Os dois apontaram inúmeros problemas no sistema, principalmente no que dizia respeito enorme desigualdade na esfera da distribuição da riqueza e da renda na sociedade, e à existência de um grande contingente de pessoas vivendo em situações bastante degradadas.[[5]](#footnote-5)

No que se refere à distribuição, J.S.Mill considerava a situação de injustiça tão gritante que tornava “[...] *a ideia de justiça distributiva* [...] *no presente estado de sociedade, tão quimérica que pertence somente ao terreno da ficção* [...]*”*(MILL, [1879], 1967: 714). Para ele, não existiria “[...] *qualquer proporcionalidade entre sucesso e mérito, ou entre sucesso e esforço* [...]*”*(*idem*)

A miséria e as péssimas condições de vida de uma boa parte da classe trabalhadora também incomodavam sobremaneira o autor. Influenciado pela teoria malthusiana da população, J.S.Mill considerava que, em última instância, o aumento desenfreado da população era o grande responsável pela pobreza. O caminho, portanto, para uma situação melhor envolveria certamente um equacionamento da questão populacional – sem o qual nenhum esquema concebível poderia gerar resultados duradouros. Exigiria, igualmente, uma melhoria significativa na distribuição renda e riqueza na sua sociedade – tornando-a mais justa.

Nos seus *Princípios*, J.S.Mill propõe uma extensa agenda de reformas que almejava corrigir a situação de pobreza e iniquidade que existia na sua sociedade. Entre as mais importantes podemos citar políticas educacionais, políticas de amparo aos pobres, reformas nas leis de herança, na forma de apropriação da terra e nos contratos (MATTOS, 2008).

Marshall também se preocupou muito com os problemas da má distribuição de riqueza e renda e da pobreza vigentes em sua sociedade. Para ele, desigualdades mostravam-se demasiadamente grandes e acreditava que seria possível manter o estímulo à iniciativa e ao empenho com ganhos bem menores.[[6]](#footnote-6) Segundo a sua avaliação, *“[...] não há nenhuma necessidade e, portanto, nenhuma justificativa moral para existência de pobreza lado a lado à enorme riqueza [...]*” (MARSHALL, [1920](1982): 594). Assim, podemos dizer que o combate à pobreza e às grandes desigualdades sociais foram também prioridades assumidas por esse pensador, e eram peças fundamentais no seu projeto de melhoramento da sociedade.[[7]](#footnote-7)

O seu diagnóstico sobre as causas da pobreza era, no entanto, diferente daquele de J.S.Mill. Para Marshall, existiria um círculo vicioso, no qual a pobreza gerava as condições que acabavam por perpetuar a situação de miséria. Para ele, *"[...] a pobreza do pobre é a principal causa daquela fraqueza e ineficiência que são as causas da sua pobreza."*(Marshall, *apud* Reisman, 1987:205).

Também Marshall apresentou várias propostas de reformas econômicas e de políticas sociais que visavam a quebrar com esse círculo vicioso da pobreza e desigualdade. Entre outras coisas, propôs a cobrança de imposto sobre herança, o imposto de renda progressivo[[8]](#footnote-8)*,* mudanças nos valores e gastos da população (principalmente redução de gastos em bens posicionais por parte dos ricos), o aumento do cavalheirismo econômico, e a utilização da riqueza assim captada em investimentos maciços na educação, em combate direto à pobreza, em regulamentação de moradias, e em investimento em áreas e parques públicos, na melhoria da qualidade do ar, na garantia de acesso da população em geral às artes, etc. (MARSHALL,[1907], 1966; 54, MARSHALL,[1920], 1982:597 e 599; GROENEWEGEN, 1995: 150*;* MARSHALL [1889],1966:228/9).

Assim, tanto J.S.Mill como Alfred Marshall estavam mobilizados em alterar as condições de suas respectivas sociedade – principalmente em melhorar a condição dos trabalhadores pobres e dos excluídos. Eles viam muitas falhas que o mercado e a livre iniciativa sozinhos não davam conta de resolver, e não relutaram em demandar um papel mais ativo para o Estado no sentido de mitiga-los.

*II.3. Anseio de modificar a sua sociedade de forma profunda, porém gradual e voluntária.*

Embora críticos a vários traços da sociedade da época, as propostas de reforma social de J.S.Mill e Marshall primavam pela rejeição a alternativas radicais ou abruptas que se apresentavam como alternativas ao estado vigente. Ambos gostariam de ver tipo de capitalismo vigente em suas épocas modificado, mas acreditavam que a melhor forma melhorar o sistema era manter-se no âmbito do mercado – e essa posição fundamentava-se somente em parte em questões relacionadas com a eficiência econômica.

O sistema de livre iniciativa parecia aos autores mais propício para a manutenção das energias e das atividades humanas e mais compatível com a liberdade e com a garantia de diversidade – características consideradas fundamentais para a continuidade do progresso social – do que as formas de socialismo que se apresentavam como alternativas.[[9]](#footnote-9) A eliminação da competição no mercado e da iniciativa privada poderia, ademais, levar ao risco de estagnação em termos tecnológicos.[[10]](#footnote-10)

Assim, o que se desejava era transformar significativamente a natureza do sistema, sem, no entanto, solapar ou revolucionar as suas bases – ou seja, apresentavam uma abordagem reformista à mudança social. Eles acreditavam que reformas pontuais bem aplicadas no sistema de propriedade privada e livre iniciativa poderiam levar a uma profunda, apesar de gradual e voluntária, modificação nas suas sociedades.

J.S. Mill - talvez mais radical do que Marshall na sua utopia - vislumbra uma situação na qual a sociedade caminharia, vagarosa e espontaneamente, em direção a uma sociedade de cooperativas (MATTOS, 2008):

[...] os donos do capital iriam gradualmente percebendo como sendo de seu interesse [...] emprestar seu capital às associações; fazê-lo a taxas de juros cada vez mais baixas, e por fim, talvez, até trocar os seus capitais por anuidades [*terminable annuities*].(MILL, [1848], 1965:794).

A modificação final seria bastante expressiva. Por meio de um processo pacífico e voluntário, o trabalho assalariado seria paulatinamente extinto, o caráter do sistema modificado e uma nova ordem surgiria. Neste novo arranjo social combinar-se-ia a independência dos indivíduos e a vantagem da produção em larga escala, e todas as diferenças sociais, exceto as derivadas de diferenças nos empenhos ou nas contribuições individuais, seriam extintas (MILL, [1848], 1965:793). Essa ordem de coisas certamente seria mais eficiente, mais justa e mais adequada para a continuidade do progresso humano e social do que aquela vigente na época. E, para Mill, constituiria "[...] *a solução mais próxima à justiça social, bem como o sistema industrial mais benéfico para o bem universal que se possa hoje prever."* (MILL, [1848], 1965:793/4).

A sociedade almejada por Marshall teria um caráter distinto daquela de J.S.Mill, no entanto, seria também algo bem diferente e superior ao que ele via em sua época. O caminho para uma situação melhor seria impulsionada por algumas ações pontuais do Estado, e por uma ampla mudança nos valores da sociedade (principalmente pelo aumento do cavalheirismo econômico). À semelhança de J.S.Mill, Marshall também se mostrou cético em relação às soluções repentinas e abruptas. A epígrafe que ele escolhe para os *Princípios* – *“Natura non facit saltum”* – representa bem a sua visão no que concerne às mudanças sociais (MARSHALL[1897], 1966: 311). O que ele buscava eram alterações persistentes e contínuas que ao final de um período de tempo produzissem as melhorias desejadas nas condições de trabalho e de vida dos homens. Essas modificações já estariam sendo produzidas pelo próprio evoluir do capitalismo, e poderiam ser estimuladas por uma atuação ativa do Estado e da sociedade no sentido de superar os problemas pontuais (mas sérios) que o sistema de liberdade econômica não dava conta de superar sozinho.

O caminho para essa sociedade melhor seria também gradual, contínuo, voluntário e, em grande medida, espontâneo. Sem alterações radicais nas instituições sociais existentes, chegar-se-ia a uma situação verdadeiramente justa e feliz:

Sob tais condições as pessoas iriam em geral ser tão bem nutridas e tão verdadeiramente educadas que a terra seria um lugar agradável de viver. Os salários seriam altos por hora, mas o trabalho não seria caro. O capital não estaria ansioso para emigrar dele, mesmo que pesados impostos fossem recolhidos para finalidades públicas [...]; e assim um verdadeiro socialismo, baseado em cavalheirismo, surgiria [...]. Socialismo Nacional desta espécie pode ser cheio de individualidade e elasticidade [...] (Marshall, [1907], (1966): 345/6).

A utopia de J.S. Mill envolve, em última instância, mudanças mais profundas no sistema, uma vez que na sua sociedade ideal não existiria mais trabalho assalariado. A ambição de Marshall parece ser chegar a um capitalismo civilizado e moralizado – moderado pela ação do Estado e da opinião pública – no qual não existiriam formas degradantes de trabalho, mas onde persistiria a relação assalariada. Esse seria um sistema no qual todos poderiam desfrutar de forma mais equitativa dos ganhos gerados, mas onde continuariam vigorando (apesar de reformadas) as principais instituições então vigentes (MATTOS, 2011: 657/8).

De qualquer forma, como enfatizado, a perspectiva de reforma gradual, lenta e voluntária do sistema vigente prevalece em ambos – o que torna possível alinhar neste ponto os dois autores.

*II.4. Perspectiva geral sobre o mercado, a iniciativa individual e o papel do Estado - uma adesão não-dogmática ao laissez-faire*

O último aspecto que selecionado para traçar uma linha de continuidade entre a filosofia social de J.S.Mill, A.Marshall é a posição que assumem em relação ao papel do Estado. Como mencionado, os dois autores são associados ao liberalismo econômico e, de fato, advogaram, em linhas gerais, o *laissez-faire* como a melhor política a ser adotada por suas respectivas sociedades. Entretanto, essa defesa não foi de forma alguma dogmática - eles explicitamente combateram a ideia de Estado Mínimo e, mesmo quando tratando da Inglaterra, fizeram questão de explicitar uma lista (extensa) das instâncias nas quais o mercado e a livre iniciativa não geravam resultados socialmente benéficos, fazendo-se necessária a intervenção ativa do Estado (MILL, [1848], 1965, livro V: cap. XI; MARSHALL, [1907], 1966).

A defesa da livre iniciativa possuía, nesses autores, fundamentos econômicos e filosóficos. Por um lado, eles tinham grande confiança na capacidade de o mercado e a iniciativa individual resolverem boa parte dos problemas econômicos – especialmente no que dizia respeito à esfera da produção de riqueza.[[11]](#footnote-11) Por outro, eles consideravam que deixar aos indivíduos a responsabilidade de tentar equacionar os seus problemas pessoais e coletivos seria benéfico para o desenvolvimento das suas faculdades morais e intelectuais Consideravam também, como já enfatizado, que o sistema de livre iniciativa era a melhor garantia da manutenção da liberdade e da diversidade – fundamentais, no entender destes pensadores, para o progresso econômico e social ((MILL, [1848], 1965: 942-944 e 517; Parsons, 1931: 1931:126/8, Marshall, [1907], 1966:333/4).

No entanto, apesar desta marcada predileção, apontaram várias instâncias nas quais a iniciativa individual e o mercado não engendravam resultados socialmente bons, como, por exemplo, na educação e no combate a pobreza – e, onde o mercado falhava, o Estado teria o dever de atuar para promover o benefício social.[[12]](#footnote-12)

Assim, as abordagens de J.S.Mill e de A.Marshall em relação à questão da fronteira entre o Estado e mercado apresentam, no meu entender, traços semelhantes, sendo bastante flexíveis e, em certo sentido, pragmáticas. Apesar de o ponto exato onde cada um traçou a linha de demarcação ter sido diferente, considero que o critério adotado foi o mesmo: onde a intervenção estatal se fizesse necessária por conta de ‘falhas de mercado’ e produzisse mais bem do que mal, ela seria bem-vinda; nas demais esferas da vida social – por questões de eficiência econômica, e de garantia de liberdade e diversidade – o ideal seria garantir o espaço para a escolha e iniciativa individuais. Neste aspecto, também, acredito ser possível considerar esses dois autores como membros de uma mesma tradição de pensamento.

***III. Keynes: ruptura ou continuidade em relação à tradição de J.S.Mill ?***

Como mencionado anteriormente, certamente Keynes rompe com aquele que ele denomina de ‘Clássicos’ – entre os quais inclui J.S.Mill e Marshall, no que concerne à sua visão do funcionamento do sistema econômico, aos determinantes do nível de emprego e produto, e a várias outras questões que caem no âmbito da teoria econômica propriamente dita. Também difere no papel que considera que o Estado deve assumir *vis-a-vis* ao mercado. Por essas razões, em geral, a ênfase dos comentadores (e do próprio Keynes) recai sobre os pontos de ruptura que ocorreram em relação aos economistas que o antecederam. No entanto, no que diz respeito aos pontos de filosofia social e econômico que foram selecionados para caracterizar a tradição de J.S.Mill e A.Marshall no campo da filosofia econômica e social, é possível defender que há uma linha de continuidade entre Keynes e a tradição que o precede.

*III.1. Keynes e os valores do capitalismo*

Ao caracterizar a posição de seu mestre em relação ao capitalismo, Joan Robinson afirma que Keynes representa uma “[...] *a defesa desiludida* [*desillusioned*] *do capitalismo* [...] *procura achar o que deu errado com ele de modo a encontrar meios de salva-lo da autodestruição.”* (ROBINSON, 1964, pp. 1).

E, de fato, veremos que tal como os demais autores discutidos nesse trabalho, a finalidade de Keynes não era derrubar o sistema, e sim fazer com que funcionasse melhor. Apesar disso, o autor (talvez até mais do que J.S.Mill e Marshall) deixa explícito que rejeita vários dos princípios morais e das motivações relacionados ao capitalismo – em especial à motivação busca de riqueza, a louvação da poupança e da acumulação de capital.[[13]](#footnote-13) Ele vislumbra uma situação de abundância econômica no futuro que permitiria à sociedade abandonar os falsos valores seguidos na época e a avaliar o código moral vigente com mais clareza. O amor ao dinheiro como posse e, não como meio de fruir a vida, passaria a ser encarado como o que Keynes acreditava que de fato que era:“[...] *uma morbidade um pouco fastidiosa, uma dessas tendências semi-criminosas e semi-patológicas que se costuma confiar com arrepios aos especialistas em doenças mentais* [...]*”* (KEYNES, [1930], 1984:157). A sociedade teria a liberdade de “[...] *voltar a alguns dos mais seguros e garantidos princípios da religião e da virtude tradicional – de que a avareza é um vício, a usura uma contravenção* [...]” (KEYNES, [1930], 1984*:*158), e os verdadeiros valores humanos poderiam, enfim, depois de quase 200 anos, voltar a pautar a vida social: *“Valorizaremos novamente os fins acima dos meios, e preferiremos o bem ao útil.* [...]”(KEYNES, [1930], 1984:158).

Todavia, apesar de deixar claro que rejeita os valores do capitalismo, Keynes, tal como os seus antecessores, via uma grande utilidade neste código de ética ‘distorcido’ e considerava um risco abandoná-lo de uma hora para outra. A mudança de valores deveria ocorrer, mas não na sua geração, e sim naquela de seus netos. Ele alerta seus leitores:

[...] cuidado! Ainda não chegou a hora. Pois, pelo menos por mais cem anos, precisamos fingir para nós mesmos e para os outros que o justo é o mau e o mau o justo; pois o mau é útil e o justo não. Ainda por algum tempo os nossos deuses continuarão sendo a avareza, a usura e a precaução. Pois somente eles poderão conduzir-nos dentro de dentro do túnel da necessidade econômica para a luz. (KEYNES, [1930], 1984:158/9).

*III.2. Keynes e a distribuição vigente de renda e riqueza*

Keynes, também parece se alinhar aos seus predecessores no reconhecimento do fato de o capitalismo, por si só, não conseguir engendrar uma distribuição satisfatória de renda e riqueza, e de não ser capaz de sanar o problema da pobreza.

Na *Teoria Geral,* ele aponta os principais defeitos do capitalismo como sendo o *"[...] seu fracasso em prover o pleno emprego e suas distribuições de renda e riqueza arbitrárias e não equitativas"* (KEYNES, [1936], 1982:284).

É verdade que no contexto da década de 1930 a questão do desemprego parecia muito mais premente e central – e de maior relevância para mitigar a pobreza – do que a questão da distribuição desigual de renda e riqueza. Por conta disso, Keynes certamente empenhou-se com mais afinco para desenvolver meios de sanar esse problema e garantir o pleno emprego.[[14]](#footnote-14) Ainda assim, Keynes deixa claro em várias passagens que, tal como J.S.Mill e Marshall, ele acreditava que as desigualdades existentes eram desnecessariamente grandes e não remuneravam esforços ou sacrifícios reais (KEYNES, [1936], 1982: 286):

[...] creio haver justificativa social e psicológica para grandes desigualdades nas rendas e nas riquezas embora não para as grandes disparidades existentes na atualidade. Existem valiosas atividades humanas que requerem o motivo do lucro e atmosfera da propriedade privada de riqueza para que possam dar seus frutos [...] Todavia, não é necessário, para estimular essas atividades e satisfazer essas inclinações, que o jogo seja feito com apostas tão altas como agora. Apostas menores levariam igualmente ao mesmo resultado, desde que os jogadores se habituassem a elas [...](KEYNES [1936],1982:285, ênfase adicionada).

Como o diagnóstico de Keynes sobre as causas do desemprego e pobreza era diferente daquele de J.S.Mill e Marshall, as políticas que ele propunha para minorar os problemas sociais da época também diferiam bastante daquelas demandadas pelos seus antecessores.[[15]](#footnote-15) Se a ênfase de J.S.Mill e Marshall recaía sobre a necessidade de intervenções pontuais do Estado no sentido de alterar algumas leis que regiam direitos de propriedade (leis de herança, apropriação da terra), contratos, e sobre o imperativo de efetuar em políticas sociais, como intervir na educação ou combater a pobreza, o foco de Keynes é o de assegurar uma intervenção eficiente do Estado no sentido de garantir o pleno emprego.

De toda forma, apesar de não ser a sua preocupação central, Keynes declara-se favorável às medidas que foram implementadas ao longo do século XIX na Inglaterra – e defendidas por J.S.Mill e A. Marshall – que diminuíram a desigualdade, como por exemplo, “[...] *tributação direta – imposto de renda e sobretaxas, e impostos sobre herança”* (KEYNES, [1936], 1982:284). Além disso, o autor faz questão de frisar que sua teoria abria um amplo espaço para melhorias distributivas. Na sua interpretação, na teoria dos 'Clássicos’ a poupança (dos ricos) era vista como essencial para o investimento – assim, a melhora da distribuição de renda ou riqueza era encarada como um eventual risco para a acumulação, e teria que se dar dentro de limites bem estreitos (KEYNES, [1936], 1982:284/5). Para ele, ao contrário, nas condições contemporâneas, “[...] *a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento da riqueza. Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade de riqueza* [...]*”* (*idem*:285).[[16]](#footnote-16)

Desta forma, podemos afirmar que a insatisfação com o *status quo,* a crença de que, neste aspecto, o capitalismo não engendrava espontaneamente bons resultados e a vontade de intervir para mitigar os problemas são pontos comuns aos três autores.

*III.3. Keynes e a mudança social*

No que concerne a concepção mais geral de mudança social também é possível traçar semelhanças importantes entre as abordagens de J.S.Mill e A. Marshall e aquela de J.M.Keynes. Esse último também vislumbra a possibilidade de o capitalismo, se bem administrado, tornar-se um sistema mais equitativo e justo. E essa modificação na ordem vigente poderia ocorrer sem a necessidade de revoluções nas mais importantes instituições sociais (ou seja, mantendo-se a propriedade privada, e a competição no mercado).

Ao Estado caberia assumir algumas funções anteriormente deixadas ao mercado como, por exemplo,“[...] *determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores.”*(KEYNES [1936], 1982: 288), ou *“[...] manter o ajuste entre a propensão marginal a consumir e o estímulo para investir”* (*idem*), mas não haveria, segundo Keynes, necessidade de avanços maiores no caminho de socialização da vida econômica. Ademais, o autor via como uma grande vantagem o fato de “[...] *as medidas necessárias de socialização pode*[re]*m ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade.”*(KEYNES, [1936], 1982: 288).

Caso o Estado cumprisse a contento as suas funções, poder-se-ia acabar com a escassez de capital, e chegar a uma situação mais equitativa no sentido de as remunerações obtidas passarem a ter alguma relação com sacrifícios envolvidos na produção (KEYNES, [1936], 1982: 286). Extinguir-se-ia, assim, o caráter de *rentier* do capitalismo, mudando a natureza do sistema.[[17]](#footnote-17) E, novamente, ele ressalta a importância de isso ocorrer sem quebras abruptas na ordem vigente:

[...] uma grande vantagem da ordem de acontecimentos que preconizo consiste em que a eutanásia do *rentier,* dos investidores sem função, nada terá de repentino, mas será meramente uma continuação gradual e prolongada do que vimos observando recentemente na Inglaterra, sem carecer de qualquer revolução. (Keynes, [1936], 1982: 287).

Assim, tal como os outros autores tratados, Keynes parecia crer que o capitalismo poderia engendrar um resultado socialmente superior ao que estava gerando, no qual se garantiria o pleno emprego - portanto uma condição de menos pobreza e sofrimento social – e uma distribuição de renda e riqueza mais equitativa, sem a necessidade de revolucionar as tradições ou as principais instituições sociais existentes.

*III.4. Keynes, o Estado e o fim do laissez-faire*

O último aspecto a ser discutido me parece mais polêmico do que os demais. Será que no que concerne ao papel do Estado *vis-a-vis* o mercado é possível filiar Keynes à tradição anterior? Ou, teria havido uma mudança tão drástica de perspectiva sobre qual seria o critério de intervenção do Estado, e sobre as possíveis virtudes associadas a um sistema embasado na livre iniciativa, que impossibilitaria alinhar esses três autores no que diz respeito a essa questão?

A questão do papel do Estado e da postura em relação ao *laissez-faire* pode ser considerada, talvez, o grande divisor de águas entre Keynes e os ‘Clássicos’. De fato, J.S.Mill e A.Marshall, como vimos, defendem a iniciativa individual e a política de não-intervenção como as melhores formas de resolver os principais problemas econômicos e sociais. Keynes, por sua vez, decreta, já em 1926, o fim do *laissez-faire*, e questiona fortemente a capacidade de o mercado dar conta de resolver os principais problemas do capitalismo, ou de sequer ser capaz de garantir a sua sobrevivência enquanto sistema.

Em uma referência à confiança de Marshall no “[...] *mestre individualista* [o Capitão de Indústria] *que nos serve ao servir-se a si mesmo, exatamente como faz qualquer outro artista”*(KEYNES, [1926],1984:119), Keynes afirma que ele “[...] *está se transformando num ídolo caído. Temos cada vez mais dúvidas sobre se é ele que nos conduzirá ao paraíso pela mão.”*(*idem).*

O autor questiona diretamente as principais crenças relacionadas ao *laissez-faire*. Para ele:

[...] O mundo não é governado de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam [...] Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público. Nem é verdade que o auto-interesse seja geralmente esclarecido; mais frequentemente, os indivíduos que agem separadamente na promoção de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los. A experiência não mostra que os indivíduos, quando integram um grupo social, são sempre menos esclarecidos do que quando agem separadamente. (KEYNES, [1926],1984:119, ênfase do autor)

A sua conclusão é a de que a doutrina do *laissez-faire* carece de embasamento racional e tem governado “[...] *mais por direito hereditário do que por mérito pessoal*.”(Keynes, [1926], 1984: 120).

Apesar dessa rejeição feroz à doutrina do *laissez-faire,* considero que como abordagem geral à questão Keynes não difere tanto dos seus antecessores como à primeira vista pode parecer. Com essas afirmações ele está combatendo uma concepção que se alastrou pela sociedade inglesa, não tanto por conta dos trabalhos de J.S.Mill e Marshall, mas por meio de obras de vulgarização e divulgação de Economia Política (como os escritos da Miss Marcel e da Miss Martineau), que eram muito populares no século XIX, e que encontraram respaldo em alguns políticos que tinham interesses específicos associados a esse tipo de postura do Estado. O próprio autor frisa que o *laissez-faire* dogmático não foi advogado por nenhum dos grandes economistas britânicos (KEYNES, [1926],1984: 112) – assim, as críticas têm outro alvo.

De toda forma, é inegável que, dado o diagnóstico de Keynes sobre o funcionamento de uma economia monetária e a sua percepção de que o mercado falhava em resolver problemas importantíssimos no campo econômico, o papel que ele delegou ao Estado nessa esfera foi maior do que aquele defendido por J.S.Mill e A.Marshall. Sendo assim, que características nos permitiriam coloca-los sob uma mesma tradição mesmo no que diz respeito ao aspecto do papel do Estado na economia? No meu entender, é a perspectiva básica de deixar à livre iniciativa e ao mercado aquelas esferas nas quais engendram bons resultados sociais, e atribuir ao Estado o papel de agir naquelas esferas que em estes falhavam, que une os três autores em questão.

Tal como J.S.Mill e A.Marshall, Keynes parece acreditar que, quando os resultados obtidos são igualmente bons (ou mesmo apenas aproximadamente similares), é preferível deixar a responsabilidade por conta iniciativa privada do que jogá-la para o Estado. Só que ele conclui que em termos econômicos o *laissez-faire* e o individualismo seriam ineficientes e levariam o capitalismo à auto-destruição. As técnicas que ele propõe para ‘administrar’ o capitalismo são as formas que ele encontra para tornar esse sistema econômica e socialmente viável.

Em momento algum Keynes propõe abrir mão totalmente da iniciativa privada e do individualismo. Apesar da sua crítica moral a alguns valores do capitalismo, há vários aspectos da sua sociedade que ele parece admirar e julgar importante manter. Para Keynes, tal como a tradição que o antecede, preservar um grande espaço da iniciativa privada (e do individualismo), seria a melhor garantia de liberdade, da diversidade e do progresso social. Em uma passagem - que lembra muito o *On Liberty* de J.S.Mill – ele afirma:

[...] acima de tudo, o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. É também a melhor salvaguarda da variedade da vida, que desabrocha justamente desse extenso campo das escolhas pessoais, e cuja perda é a mais sensível de todas as que acarretam o Estado homogêneo e totalitário. Essa variedade preserva as tradições que encerram o que de mais seguro e auspicioso reuniram as gerações passadas, dá cor ao presente com os diversos matizes de sua fantasia. E servindo a experiência, bem como a tradição e a imaginação, é o mais poderoso instrumento para conduzir a melhoria do futuro [...] (KEYNES, [1936], 1982: 289).

Ele frisa, recorrentemente, que Estado não deve tentar substituir a iniciativa privada, mas somente gerar uma situação na qual essa possa funcionar de forma eficiente (KEYNES, [1936], 1982: 288). Tal como os demais autores aqui tratados, ele advogava que o Estado deveria atuar somente onde o mercado 'falha':

[...] a mais importante Agenda do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz. Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e faze-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.(Keynes, [1926], 1984: 123)

Só que, no entender de Keynes, o mercado fracassava em pontos cruciais da vida econômica – como, por exemplo, em garantir o pleno emprego –, portanto, também nesse aspecto que o Estado deveria atuar. O que ele buscava era uma técnica (que envolvia uma grande dose de participação do Estado) de administrar o sistema econômico que fosse capaz de resolver o problema do desemprego, baixa produção, etc, sem sacrificar os valores liberais – com os quais ele se identificava – de liberdade, diversidade de modos de vida, etc. Ele almejava um caminho que preservasse *“[...] ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade*.”(KEYNES, [1936], 1982:290).

Assim, apesar de pregar mudanças no escopo de intervenção estatal que seria necessário, o ideário de Keynes não difere muito, no meu entender, daquele de J.S.Mill e A.Marshall, sendo, em princípio, defensável alinhá-los também no que diz respeito a esse ponto.

***IV. Considerações finais***

É sempre problemático falar em uma ‘tradição’ ou uma linhagem unindo diferentes pensadores (principalmente quando se trata de autores do porte daqueles escolhidos nesse artigo). Tenho consciência de que da mesma forma que foram exploradas algumas semelhanças entre as filosofias sociais e econômicas J.S.Mill, A.Marshall e J.M.Keynes, seria possível escrever um outro artigo explicitando os aspectos e as nuances que as separam– e posso atestar que são inúmeros.

No entanto, considero interessante frisar as continuidades existentes em termos da perspectiva geral em relação ao capitalismo e de reforma social principalmente por considerar que a ruptura que geralmente se enfatiza entre as concepções de Keynes e aqueles que ele denomina de ‘Clássicos’ é superestimada.

Há várias razões para que isso ocorra. Em primeiro lugar, os economistas que ainda se dão ao trabalho de estudar a obra de Keynes (que são cada vez mais raros) em geral defendem teorias ‘heterodoxas’, e se encontram em um campo de batalha teórico e em termos de políticas econômicas com a ‘ortodoxia neoclássica’ que é associada às concepções neoliberais que vigoraram nas últimas décadas. É natural, portanto, que queiram frisar os aspectos que separam Keynes de autores vinculados ao liberalismo econômico como J.S.Mill e A. Marshall. Em segundo lugar, até por uma questão da formação atual do economista, o olhar daqueles que analisam os economistas do passado se restringe, muitas vezes, aos elementos que caem estritamente no que se considera hoje em dia o ‘campo do econômico’. Esse campo inclui a teoria econômica e as políticas econômicas (fiscal, monetária, cambial, etc.), mas não inclui as questões de filosofia social e econômica que ao longo do século XIX e começo do século XX ainda povoavam os compêndios de Economia e para as quais os três economistas deram importantes contribuições. Como na esfera estritamente econômica as diferenças entre as abordagens de Keynes e aquela de J.S.Mill e A.Marshall predominam, é natural que se enfatize o lado da ruptura.[[18]](#footnote-18)

Todavia, se olharmos apenas por essa perspectiva, corremos o risco de perder de vista que há uma tradição inglesa no campo da reforma econômica e social, que visa a melhorar o sistema capitalista vigente de foram gradual, voluntária, sem solapar as suas bases de forma abrupta; que quer uma sociedade mais eficiente e mais justa, mas que considera um risco enorme para o progresso humano e social abrir mão da liberdade e diversidade. E, sob essa perspectiva, considero que Keynes encaixa perfeitamente nessa tradição.

***V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:***

BOWMAN, R. (2004) “Marshall: Just how interested in doing good was he?”. In *Journal of the History of Economic Thought*, vol. 25, n. 4, p. 492-518.

Corry, B. (1978) "Keynes in the history of economic thought: " in *Keynes and Laissez-faire*, editor A.P. Thirlwall, McMillan Press, London.

GRAMPP, W.D. (1972) “Classical Economics and moral critics”. In *History of Political,* vol.5,n.2.

GROENEWEGEN, P. (1995) “Keynes and Marshall: Methodology, Society and Politics”. In *HOPE,* vol.27 pp.129-155.

GROENEWEGEN, P. (1995) *A Soaring Eagle: Alfred Marshall 1842-1924*. Edward Elgar, Aldershot.

HUTCHISON, T.W. (1969) “Economists and Economic Policy in Britain After 1870”. In *HOPE*, vol.I, n.2.

Keynes, J.M. [1925](1966) “Alfred Marshall, 1842 – 1924”. In: *Memorials of Alfred Marshall*. Ed. A.C. Pigou, New York, Augustus M. Kelley.

…… [1926] (1984) “O fim do Laissez-faire”. In In *John Maynard Keynes: Economia.* Org. T. Szmrecsányi. São Paulo, Editora Ática.

…… [1930] (1984) “As possibilidades econômicas de nossos netos”.In *John Maynard Keynes: Economia.* Org. T. Szmrecsányi. São Paulo, Editora Ática.

…... (1972) “Am I a liberal?”. In *CW Vol IX – Essays in Persuasion*, McMillian St.Martins Press, London.

....... [1936], (1982) *A* *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Editora Atlas, São Paulo, S.P.

MARSHALL, A. [1890] (1966) “Some aspects of competition”. In: *Memorials of Alfred Marshall.* Ed. A.C. Pigou, New York, Augustus M. Kelley

….. [1889] “Co-operation”. In *Memorials of Alfred Marshall.* Ed. A.G.Pigou. A.M.Kelley, New York

…… [1920](1982) *Principles of Economics*. Porcupine Press, Pennsylvania.

…… [1907], (1966) “ The Social Possibilities of Economic Chilvary” in *Memorials of Alfred Marshall*. Ed. A.C. Pigou , Augustus M. Kelley, New York.

MATTOS, L.V. (1999) “John Stuart Mill, o Socialismo e sua Utopia Liberal: Uma Aplicação de sua Visão de Instituições Sociais”. In *Estudos Econômicos,* vol.29, n.3, pp. 395-414.

...... (2008) “Rumo a uma sociedade melhor: uma análise da agenda de reformas econômicas de J.S.Mill.” In *Estudos Econômicos*, vol. 38, pp. 293-317.

...... (2011) “Marshall, o capitalismo e sua utopia social”. *Economia e Sociedade,* vol.20, n.3(43), pg.637-659.

MILL, J.S. [1848**]** *Principles of Political Economy with some of their Applications to Social Philosophy.* In *CW II* e *III*, University of Toronto Press, Toronto, 1965.

……… [1859], (2000) *A Liberdade.* Em *A Liberdade; Utilitarismo: John Stuart Mill.* Tradução Eunice Ostrensky, Martins Fontes, São Paulo.

……. [1879], (1967) “Chapters on Socialism". In *Essays on Economics and Society, 1850-1879, CW V*, University of Toronto Press, Toronto, 1967.

RIESMAN, D. (1987) *Alfred Marshall: Progress and Politics.* Macmillan Press.

Robinson, J. (1964)"Marx, Marshall and Keynes – Three views of Capitalism", in *Joan Robinson Collected Economic Papers Vol. II* – Basil Backwell, Oxford.

VINER, J. (1958) “Marshall’s Economics in Relation to the Man and to His Times”. in *The Long View and the Short,*  Illinois.

1. Essa se seção se apoia em MATTOS (1999, 2008 & 2011). [↑](#footnote-ref-1)
2. Evidentemente, essa unidade é construída em cima de alguns aspectos que considero importantes e característicos das abordagens dos autores. No entanto, se nos aspectos selecionados o pensamento dos autores apresenta alguma continuidade, em outros, especialmente no campo da teoria em si, observam-se rupturas importantes. Não podemos esquecer que há uma ‘revolução econômica’ – a revolução marginalista – separando as obras de Mill e Marshall. As diferenças de escopo e método e em vários pontos da teoria econômica são marcantes. [↑](#footnote-ref-2)
3. 3. Corry (1978) também tenta traçar uma linha de unidade entre o que ele denomina ‘tradição liberal clássica’ (que incluiria A. Smith, além de J.S.Mill e A.Marshall) e Keynes. Para ele, essa ‘tradição liberal’ defendia as seguintes proposições: que, de uma forma geral, o mercado seria um mecanismo de alocação eficiente de recursos; que a propriedade privada e o lucro eram ingredientes fundamentais do mercado; que seria desejável melhorar a distribuição de renda e riqueza vigente, contanto que essa melhoria não afetasse a eficiência econômica; e, por fim, que a regra no comércio (internacional) deveria ser o livre comércio. (CORRY, 1978:24). Com base nesses elementos ele conclui que: *“[...] basicamente Keynes queria juntar [wed] o pleno emprego ao liberalismo clássico* [...]” (CORRY, 1978: 25). [↑](#footnote-ref-3)
4. Para Mill, o progresso social em sua sociedade exigia, ao contrário, uma diminuição da intensidade da busca por riqueza entre seus conterrâneos: “[...] *não é o desejo de riqueza que tem que ser ensinado, mas o uso da riqueza e a valorização de objetos do desejo que não podem se comprados, e para a obtenção dos quais o dinheiro não é necessário. Todo real melhoramento no caráter inglês, seja incutindo nele aspirações mais elevadas, ou apenas uma avaliação mais correta dos seus objetos de desejo atuais, envolve necessariamente moderar a sua devoção à busca da riqueza.”* (MILL [1848], 1965: 105). [↑](#footnote-ref-4)
5. Vale ressaltar que para os autores o conceito de igualdade relevante era o de igualdade de oportunidade. A existência de desigualdades sociais seria aceitável contanto que decorrente de diferenças no grau de interesse pela riqueza, nos esforços ou nos méritos individuais. Mas ambos consideravam as desigualdades existentes bem maiores do que as seriam justificáveis por conta dessas diferenças. [↑](#footnote-ref-5)
6. *“O progresso econômico requer como condição livre responsabilidade individual, mas não a manutenção daqueles direitos de propriedade que acarretam desigualdades extremas de riqueza.”* (MARSHALL, 1890: 282). [↑](#footnote-ref-6)
7. Marshall buscou a Economia Política com o objetivo de entender e minorar as desigualdades e o sofrimento social. E, ele perseguiu esse objetivo de forma consistente por toda a sua vida. Em 1893, ele fez a seguinte declaração para a *Royal Commission on the Aged Poor: “Eu me devotei nos últimos 25 anos para o problema da pobreza e* [...] *muito pouco do meu trabalho foi devotado para qualquer investigação que não tenha relação com isso.”* (MARSHALL, *apud*, HUTCHISON, 1969: 247). [↑](#footnote-ref-7)
8. Bowman (2004:514) aponta que Marshall era inicialmente contra imposto sobre herança pois temia que diminuísse a motivação e o crescimento econômicos, no entanto, posteriormente, passou a apoiar esse tipo de iniciativa. Groenewegen relata uma reação parecida de Marshall no que diz respeito à taxação redistributiva com alíquotas progressivas. Inicialmente tinha restrições a esse tipo de tributação por considerar que estas poderia prejudicar o trabalho e a poupança, mas, posteriormente, passou a considerar que “[...] *tais taxas eram um instrumento útil de política social, especialmente se seus proventos fossem gastos de maneira satisfatória* […]” (GROENEWEGEN, 1995: 150).. [↑](#footnote-ref-8)
9. Vale notar que o termo socialismo significa coisas diferentes para J.S.Mill e Marshall. J.S.Mill discute de forma mais detida e respeitosa as sugestões dos socialistas utópicos – owenistas, saint-simonianos, fourierianos, e nem leva muito em consideração (descartando de forma veemente) as proposta revolucionárias de mudança social (MATTOS, 1999). Os socialistas de Marshall eram, por sua vez, aqueles que defendiam propostas de centralizar os meios de produção nas mãos do Estado. Para ele, o socialismo como “[...] *um movimento para tirar a responsabilidade pela vida do homem e por seu trabalho, tanto quanto possível, dos seus ombros e colocá-los nos ombros do Estado* [...]"(Marshall, *apud*, Reisman, 1987:122). Para uma boa d iscussão sobre a evolução do pensamento de Marshall em relação ao socialismo ver de Marshall sobre tema ver Groenewegen , 1995: 571-617. Para uma análise detalhada do que Marshall entendia por socialismo e das principais críticas direcionadas por ele a estas alternativas ver Reisman (1987:121-7). [↑](#footnote-ref-9)
10. Apesar destes elementos aparecerem nos dois autores, a ênfase de J.S.Mill me parece ser maior na questão da liberdade/ diversidade (MILL, [1848] 1965: 209 e MILL [1859], 2000, MATTOS, 1999) e a de Marshall na questão do risco à inovação num contexto em que grandes burocracias estatais dominam a produção e o espaço para o Capitão de Indústria é significativamente reduzido (Marshall, [1907], (1966) :333),e MATTOS (2011) . [↑](#footnote-ref-10)
11. No entanto, nem tudo nessa esfera seria bem solucionado pela iniciativa individual. Eles citam, por exemplo, a necessidade de intervenção estatal no caso de fornecimento de bens que são produzidos sob condições de monopólios naturais, ou que envolvem indivisibilidade de capital; de bens socialmente úteis, mas que não rendem lucros privados suficientes para que haja provisão adequada; defenderam também a necessidade de proteção à indústria nascente, entre outros tipos de intervenção. [↑](#footnote-ref-11)
12. Outros exemplos onde o Estado é chamado a atuar são: cuidar de loucos e crianças, assegurar o cumprimento de contratos, garantir a defesa nacional e a justiça, regular condições de habitação urbana, planejamento das cidades, políticas de colonização, difundir informações, etc. Ao tratar de sociedades mais atrasadas temos uma noção melhor da medida na qual J.S. Mill estava disposto a abrir mão do *laissez-faire*. Ele afirma: "[...] *Nas circunstâncias específicas de uma determinada época ou nação, dificilmente há alguma coisa realmente importante para o interesse geral que não possa ser desejável, ou até mesmo necessário que o governo assuma”* (MILL, [1848], 1965: 547). J.S.Mill faz, entretanto, a ressalva de que o Estado deveria estar preocupado em preparar esse povo para, em um momento posterior, passar a desempenhar essas tarefas(idem:548). [↑](#footnote-ref-12)
13. Keynes rejeita a moralidade vitoriana que encarava a frugalidade e previdência como virtudes. E esse é um elemento que o separa de seus antecessores que viam no comedimento, na prudência, na responsabilidade em relação ao futuro qualidades morais importantes a serem cultivadas na natureza humana. A relação de Keynes com a ideia de poupar para ter mais e mais no futuro, e por vezes, nem desfrutar das benesses que essa riqueza poupada, aparece como um potencial problema para o nível de emprego no âmbito da teoria econômica, mas também como uma distorção moral. Segundo ele, as pessoas estão mais preocupadas com os “[...] *resultados de nossas ações num futuro remoto do que com a sua qualidade ou seus efeitos imediatos sobre o nosso ambiente. O homem dotado de objetivos práticos* [...] *não ama o gato, mas os gatinhos de seu gato; na verdade nem sequer os gatinhos, mas apenas os gatinhos dos gatinhos e assim por diante, para sempre, até o fim da gataria* [...]” (KEYNES, [1930], 1984: 157). Os seus contemporâneos não saberiam aproveitar os verdadeiros valores da vida, que estariam, para ele, associados *“[...] a passar virtuosamente e bem a hora e o dia,* [valorizar] *as pessoas agradáveis capazes de ter prazer direto nas coisas, os lírios do campo, que não mourejam nem fiam* [...]”(KEYNES, [1930], 1984:158). [↑](#footnote-ref-13)
14. Como afirma a Joan Robinson: *“Keynes é contra desperdício, a estupidez e a pobreza desnecessária. Ele não está tão interessado em quem fica com os benefícios de um aumento de produção quanto em garantir que este aumento ocorra. Ele encara uma maior igualdade de renda como desejável, mas sua atitude é moderadamente conservadora.”* (Robinson, 1964:6). [↑](#footnote-ref-14)
15. A questão de garantir o pleno emprego não se colocava de forma importante para esses Mill e Marshall pelo fato de aderirem, explicitamente ou não, à Lei de Say. No entanto, Marshall admite desemprego por conta de crises comerciais e defende auxílio fora de casas de trabalho *(out-door relief*) para aqueles trabalhadores responsáveis que porventura perdessem os seus empregos (GROENEWEGEN, 1995:150 e 355). De fato, o combate à pobreza e à desigualdade se daria de forma diferente nos diferentes autores, no entanto, esses objetivos são preocupações dos três, e o Estado teria um papel a cumprir em todos os casos. [↑](#footnote-ref-15)
16. É interessante notar que Marshall fez uma crítica à economia Clássica de cunho ricardiana pelo fato de supor implicitamente que somente os capitalistas poupavam. Isso, no seu entender, fazia com que distribuição de renda dessa classe para as classes médias e trabalhadoras fosse vista com reservas por implicar necessariamente na diminuição do ritmo de acumulação de capital. Marshall, por sua vez vai defender que também as classes médias (e às vezes as trabalhadoras) poupavam e aplicavam essa poupança na educação dos filhos, o que contribuiria para o crescimento econômico tanto quanto a aplicação em capital físico feita pelos capitalistas. Tal qual Keynes, ele acreditava que essa mudança de interpretação abriria espaço para a distribuição de renda sem colocar em risco o crescimento econômico. (MARSHALL, 1920 [1982]:.191). [↑](#footnote-ref-16)
17. Keynes diz: *“Na prática, portanto, o nosso objetivo deveria ser conseguir (e isso não tem nada de irrealizável) um aumento no volume de capital até que ele deixe de ser escasso, de modo que o investidor sem função deixe de receber qualquer benefício, e depois criar um sistema de tributação direta que permita a inteligência, a determinação, a habilidade executiva do financista, do empresário et hoc genus omne (certamente tão orgulhosos de suas funções que poderia obter-se o seu trabalho muito mais barato que agora) a dedicar-se ativamente à comunidade em condições razoáveis de remuneração*.” (KEYNES,[1936],1982: 287) [↑](#footnote-ref-17)
18. Nessa esfera acho que não faz nem sentido falar de uma tradição que una J.S.Mill e Marshall. [↑](#footnote-ref-18)